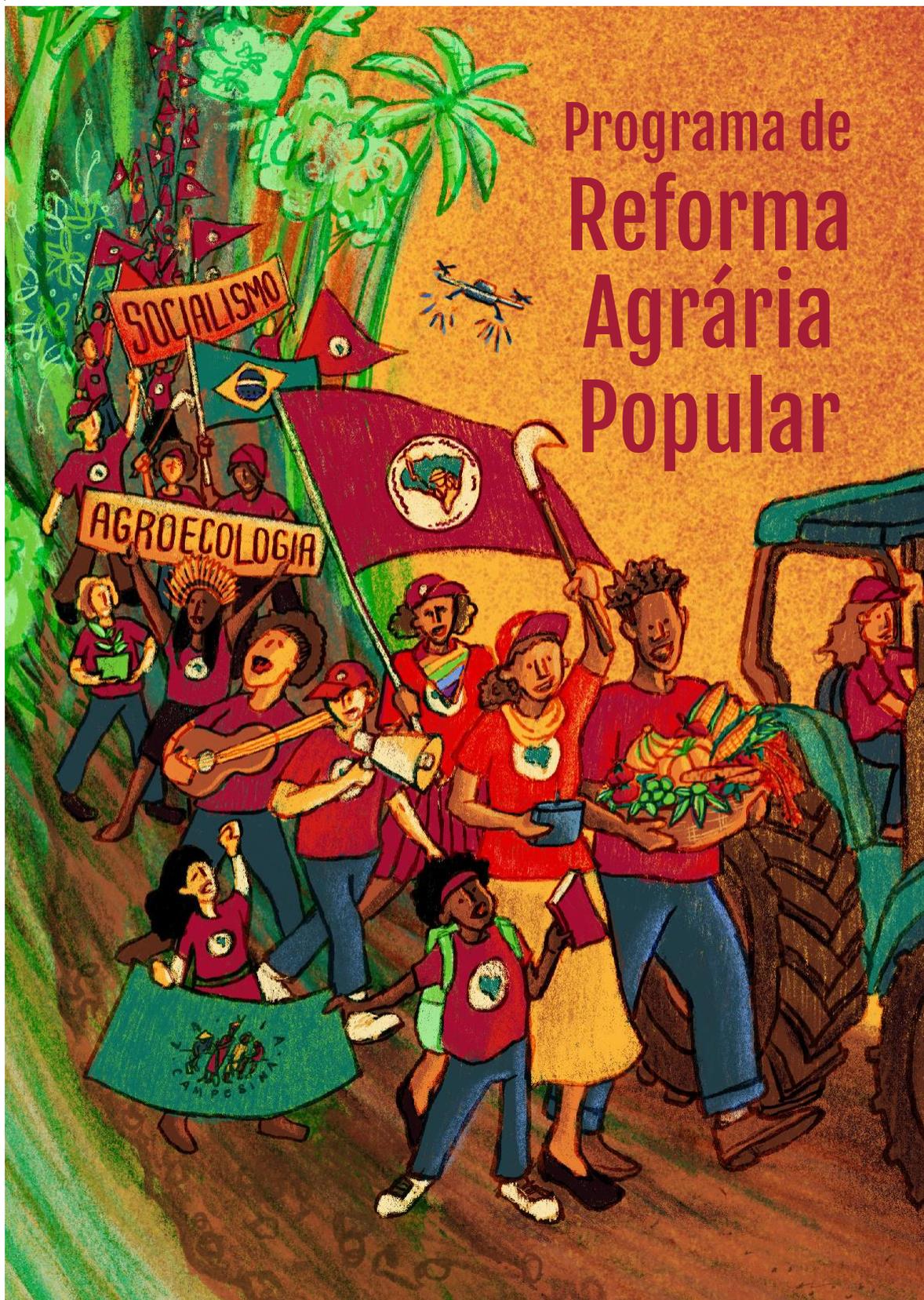


# Programa de Reforma Agrária Popular





## Expediente

A Cartilha “**Programa de Reforma Agrária Popular**” é uma publicação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

**Coletivo sistematizador:** Bárbara Loureiro, Débora Nunes, Divina Lopes, Geraldo Gasparin, Jailma Lopes, João Pedro, Miguel Stédile, Neuri Rossetto, Rosana Fernandes

**Diagramação:** Tings Chak

**Arte capa e ilustrações:** Tings Chak

**Revisão:** Nilton Viana

**Pedidos:** [secgeral1@mst.org.br](mailto:secgeral1@mst.org.br)

Versão atualizada - janeiro 2025

# Sumário

Apresentação .....	3
<b>I – SUBSÍDIOS SOBRE A REALIDADE AGRÁRIA BRASILEIRA .....</b>	<b>6</b>
a) Elementos da questão agrária na história do Brasil .....	6
b) O capitalismo industrial do século XX e a disputa entre três modelos de agricultura .....	10
c) As consequências dos modelos do capital na agricultura .....	17
d) A questão ambiental: crise ecológica e civilizatória .....	22
e) As classes sociais no campo .....	26
<b>II – NOSSA COMPREENSÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR .....</b>	<b>32</b>
1. A Terra .....	34
2. A Classe Trabalhadora .....	35
3. O Trabalho .....	36
4. O Estado .....	37
5. Emancipação Humana .....	38
6. Uma Reforma Agrária Popular .....	40
<b>III – PILARES DE UMA REFORMA AGRÁRIA POPULAR .....</b>	<b>42</b>
1. A luta pela terra e território .....	43
2. A defesa da natureza .....	44
3. Produzir alimentos saudáveis .....	44
4. Plantio permanente de árvores .....	44
5. Mecanização da Agricultura Camponesa e Familiar .....	45
6. A cooperação .....	45
7. Energia e Mineração .....	46
8. Educação e Escola .....	47
9. Saúde .....	47
10. Cultura e Arte .....	48
11. A Solidariedade .....	49

<b>IV – PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA POPULAR .....</b>	<b>50</b>
1. Democratizar a terra a todos e todas que querem trabalhar e viver no campo .....	51
2. As sementes e mudas são a base de toda agricultura .....	53
3. Água: um alimento da natureza em benefício de todas as pessoas .....	54
4. A organização da produção de alimentos .....	56
5. Energia e Mineração: desenvolver matriz energética diversificada e uso dos minérios a serviço do povo .....	57
6. Agroecologia e Mecanização: massificar enquanto estratégia para a produção agrícola brasileira .....	59
7. A política agrícola: o Estado a serviço das necessidades do povo .....	61
8. Educação do Campo .....	62
9. Cultura e Arte do Campo .....	64
10. Saúde, bem-estar e qualidade de vida .....	66
11. Assentamentos e comunidades camponesas como um dos espaços da Reforma Agrária Popular .....	69

## APRESENTAÇÃO

Organizar a esperança,  
Conduzir a tempestade  
Romper os muros da noite,  
Criar sem pedir licença  
Um mundo de liberdade.  
(*Metal e Sonho, Pedro Tierra*)

Companheiras e companheiros,

Estamos vivendo um momento muito importante da nossa história. Celebramos o marco dos nossos 40 anos de existência! Comemorar o sentido histórico dessa data significa projetar a construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como força política e social. Como um instrumento de luta da classe trabalhadora.

Nosso MST é uma força de massa que pulsa na sociedade, é um movimento de origem popular, uma organização política considerada um patrimônio da luta da classe trabalhadora do Brasil e do mundo, mas a Reforma Agrária ainda não ocupa o lugar necessário na agenda política brasileira. Temos o desafio cotidiano de continuar enfrentando, de diferentes formas, o latifúndio, o agronegócio e as “novas” formas que o capitalismo e o imperialismo têm de se apropriar da terra e da natureza. Para isso, é preciso seguir debatendo com todo o povo um projeto para o campo que combina: a defesa e o cuidado com a natureza, a agroecologia como modelo de produção e de relações sociais, a Reforma Agrária como revolução cultural, como caminho para a emancipação humana e projeto de país.

Esse modelo de agricultura e, mais do que isso, de projeto de sociedade, expresso em nosso **Programa Agrário**, é construído cotidianamente através da **Reforma Agrária Popular**. Neste documento, procuramos reunir os acúmulos de nossa práxis, de experiências e reflexões, que guiaram a necessária atualização do Programa, cuja última versão era do ano de 2014. Uma elaboração fruto do esforço coletivo, como é a prática histórica de nosso Movimento e que está aqui reunida em quatro capítulos:

- 1 **Subsídios sobre a Realidade Agrária Brasileira:** é uma introdução geral com elementos sobre a realidade agrária brasileira, em meio ao aprofundamento da crise estrutural do capitalismo. Sobretudo, do ponto de vista histórico, econômico e social, para subsidiar a nossa análise e ação política diante dos movimentos do capital no campo e da dinâmica da luta de classes.
- 2 **Nossa Compreensão de Reforma Agrária Popular:** trata de nossa visão de mundo, das principais ideias que orientam nossa concepção de agricultura para o campo. São os fundamentos sobre os quais estamos construindo um novo projeto de vida e de produção para o campo brasileiro.
- 3 **Pilares do Programa de Reforma Agrária Popular:** são os aspectos de concepção que dão sustentação ao nosso Programa Agrário; dimensões basilares que mostram a forma e o conteúdo de nosso projeto. São as razões pelas quais nos mobilizamos, projetamos e lutamos para fortalecer o programa de Reforma Agrária Popular.
- 4 **O Programa de Reforma Agrária Popular:** são as medidas necessárias para a construção de nosso modelo de agricultura para o campo, que extrapola os assentamentos e acampamentos. Nosso programa diz respeito

aos interesses da classe trabalhadora e pretende enfrentar a violência capitalista, o latifúndio, o racismo e o patriarcado.

O nosso desafio agora é fazermos um grande mutirão nacional, envolvendo nossa coletividade Sem Terra e a sociedade em geral, para estudar, debater e se apropriar do conteúdo de nosso **Programa Agrário**, tornando-o uma ferramenta permanente de trabalho de base e de disputa de projeto de sociedade nesse período histórico.

Um bom estudo a todas/os/es!



## I – SUBSÍDIOS SOBRE A REALIDADE AGRÁRIA BRASILEIRA



O presente texto é uma introdução geral que traz elementos sobre a realidade agrária brasileira, sobretudo do ponto de vista histórico, econômico e social. São subsídios para uma análise geral dos movimentos do capital e dos tensionamentos da luta de classes nestas duas primeiras décadas do século XXI, frente ao agravamento da crise estrutural do capitalismo e aos novos/velhos contornos da divisão internacional do trabalho e da crise ambiental resultante.

É uma síntese, com pontos que devem ser motivadores para o estudo, pesquisas e aprofundamentos, com os ajustes necessários relacionados às características de cada realidade regional e local, devendo ser adequado aos diferentes biomas, modelos de produção adotados pelo capital e às relações sociais complexas resultantes, que envolvem a classe trabalhadora do campo e da cidade.

### **a) Elementos da questão agrária na história do Brasil**

Neste território que chamamos de Brasil, os povos originários viveram por milhares de anos em convivência com a natureza, produzindo e extraindo os bens necessários para sua sobrevivência.

No ano de 1500, esse território foi invadido pelos portugueses, impulsionados pela necessidade de expansão do capitalismo mercantil, usando a força militar como forma de dominar o território, transformando-o numa colônia europeia, impondo suas regras espoliadoras, seu modo de viver e de se relacionar com a natureza, se apropriando de bens da natureza, organizando a produção de mercadorias que gerassem lucro e atendessem às necessidades do mercado.

A história registra que havia em nosso território mais de 300 etnias diferentes com uma população aproximada de 5 milhões de pessoas. Os invasores europeus massacraram a maioria dessa população, ao longo de quatro séculos de dominação, é bem verdade que os povos indígenas resistiram bravamente travando inúmeros combates, no entanto é inegável que houve um verdadeiro genocídio. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2022 o número de povos originários residentes no Brasil era de 1.693.535 pessoas, o que representava apenas 0,83% da população total do país. Sua cultura e seu sangue, fruto da miscigenação forçada, estão presentes na formação do povo brasileiro.

No período Colonial, o capitalismo europeu impôs o modelo da *Plantation* como forma de produção de mercadorias, que seriam exportadas para a Europa. Esse modelo se baseava na concessão, por parte da Coroa portuguesa, do uso de enormes extensões de terras a capitalistas europeus, que aplicavam a monocultura para produzir mercadorias para exportação, como café, cacau, algodão, açúcar, pimentas e couro. Tudo isso produzido por pessoas escravizadas, trazidas à força da África. Estima-se que foram vendidas, como mera mercadoria, cerca de sete milhões de pessoas adultas.

No entanto, após séculos de dominação e expropriações, o modelo da *plantation* começa a entrar em crise, impulsionada por um conjunto de fatores entre eles: a organização, resistência e fuga das trabalhadoras e trabalhadores escravizados, que formaram os quilombos; a força do movimento abolicionista na sociedade em geral; e por pressão do nascente capitalismo industrial na Inglaterra, que argumentava que trabalhadoras e trabalhadores assalariados eram “mais baratos” para o capital do que a mão de obra

escravizada. Esses fatores provocaram o fim da escravidão legal, em 1888, ainda que fossemos o último país do ocidente a eliminá-la.

Outro fato importante de ser observado, já no período Imperial, foi a promulgação da Lei nº 601, a Lei de Terras, em 1850, que permitiu a propriedade privada das terras, transformando-as em mercadoria, legalizando sua compra e venda pelos fazendeiros, que instituiu também as condições para impedir que trabalhadoras e trabalhadores escravizados, ao serem libertos, tivessem acesso à terra.

A mudança do modelo de exploração e o bloqueio do acesso à terra às trabalhadoras e aos trabalhadores negros, mais a política ideológica de embranquecimento do povo brasileiro levaram a burguesia proprietária com o apoio do Estado brasileiro a buscar camponeses pobres de alguns países da Europa. Entre 1875 a 1930, migraram para o Brasil cerca de 3,6 milhões de famílias de camponeses, de vários países da Europa e da Ásia. Somados aos caboclos, trabalhadores livres às margens dos latifúndios, indígenas, negros e negras ex-escravizados e quilombolas formaram uma nova classe social: os camponeses.

O processo de dominação do capital sobre os bens da natureza e da população brasileira sempre foi consolidado à base da repressão, do massacre e da exploração traduzidos em violência social e física, forma mais eficiente para controlar as populações. Assim, o capitalismo mercantil se impôs banhado em sangue.

Esse processo de espoliação e acumulação das riquezas agrárias, minerais em nosso território e em todas as colônias do Sul Global, foram as formas que promoveram a acumulação de capital na Europa e financiaram depois a implantação do capitalismo industrial com suas máquinas e

fábricas. Foi esse mesmo processo de espoliação que permitiu a realização de grandes obras, a construção de suntuosas igrejas e manteve a vida de luxúria da classe burguesa na Europa.

Tal processo histórico foi a base sobre a qual se constituiu o Estado brasileiro, como zelador, protetor dos privilégios e interesses da classe capitalista, dominante, branca e patriarcal, que na agricultura era representada pelos latifundiários e fazendeiros. O Estado sempre garantiu os processos de exploração e espoliação dos bens da natureza e da classe trabalhadora, composta também pelos povos indígenas e comunidades tradicionais. Ou seja, o Estado brasileiro nunca foi democrático, no sentido de representar os interesses de todo povo, pois sempre teve um caráter de classe, lançando mão das diferentes formas de repressões brutais para aniquilar revoltas e revoltosos.

Todas essas características estruturais, herdadas do período colonial escravocrata e consolidadas no século XX, pautado pela hegemonia do capital industrial e financeiro, contribuíram para determinar a situação atual da realidade agrária brasileira. Somos uma sociedade dependente, que combina o arcaico e o moderno, extremamente desigual, injusta e com uma produção agrícola voltada para o mercado mundial e não para as necessidades de nossa população.

## **b) O capitalismo industrial do século XX e a disputa entre três modelos de agricultura**

Desde o final do século XIX e durante o século XX, a maioria dos países industrializados do Norte Global, fizeram processos de Reforma Agrária, que culminaram na democratização do acesso à terra e na formação de um imenso

mercado interno camponês, impulsionando a indústria local. Já a classe dominante capitalista brasileira optou por manter o monopólio da propriedade da terra e forçou o êxodo rural para as cidades, transformando camponesas e camponeses em mão de obra barata para as fábricas.

A partir de 1930, mas sobretudo a partir dos governos civil-militares instituídos pelo golpe de 1964, o Brasil passou a ser dominado pelo capitalismo industrial, que reorganizou a economia e determinou novos rumos para a agricultura em geral. Com ele, se consolidou o assalariamento no campo, a integração dos camponeses ao mercado e novas técnicas e formas de produção.

A lógica do funcionamento do capitalismo industrial, que dominou a agricultura, é demarcada pelas leis fundamentais que organizam toda produção, como: a produção de bens para o mercado, na qual tudo se transforma em mercadoria, a busca incessante do lucro, em que só se produz o que dá lucro ao proprietário das terras e às unidades de produção; resultando num processo constante de acumulação de capital e de sua concentração entre os capitalistas.

Em sua fase superior, esse processo leva também à centralização do capital, o que significa que um mesmo capitalista passa a atuar em vários ramos da produção agrícola, industrial, comercial e financeira. Finalmente, há uma interseção da produção agrícola com o capital financeiro, que atua no crédito rural e na sociedade com as empresas da agricultura.

A partir da década de 1990, aprofunda-se a hegemonia do capital financeiro sobre a economia mundial como um todo e, em particular, na economia brasileira. Uma das principais mudanças estruturais que afetou a agricultura

em todo o mundo e no Brasil foi a imposição de um preço de oligopólio das mercadorias agrícolas, que passaram a ter um preço único, mundial, em dólar, controlado pelas empresas transnacionais.

Isso significa que o preço das mercadorias agrícolas não é mais nacional e, tampouco, é determinado pelo custo de produção e seu valor, medido pelo tempo de trabalho necessário. Ao contrário, o preço, além de ser internacional, passa a ser influenciado pelos negócios especulativos praticados pelas grandes empresas nas bolsas de mercado futuro. Além disso, é esse caráter especulativo que vai determinar a finalidade dessa mercadoria agrícola, se será destinada à alimentação humana, combustível, ração ou a outros destinos.

O mercado mundial passa a ser organizado por mercadorias agrícolas padronizáveis, que devem ser mundialmente iguais em suas características, que assim se transformam em *commodities* agrícolas. Reforçando, ainda, uma divisão internacional do trabalho, que impõe aos países do Sul Global apenas o papel de exportadores de matérias-primas, agrícolas e minerais, determinadas pelo mercado por sua condição de gerar lucro.

O padrão tecnológico adotado no processo produtivo foi também internacionalizado e homogeneizado por um mesmo pacote de insumos químicos-industriais e maquinários, iguais em todo o mundo e controlados pelas empresas transnacionais que os produzem.

Nestas últimas três décadas, o capital financeiro e as empresas transnacionais, que dominam o mercado agrícola mundial, tiveram particular influência e condicionaram a situação da agricultura, levando à conformação de três

modelos: latifúndio e agronegócio que se complementam, e ambos confrontam com agricultura camponesa familiar.

O primeiro modelo do capital existente em nossa agricultura é o **Latifúndio**. Aqui definido como um modelo de apropriação de riqueza no campo e não apenas como sinônimo de grande propriedade, se caracterizando pela apropriação privada dos bens da natureza: terras públicas, terras indígenas e quilombolas, florestas, madeira, água, biodiversidade e minérios.

Esse modelo de acumulação primitiva de capital, com base na espoliação dos bens da natureza, consegue obter altas taxas de lucro, na medida em que, ao pilhar nossos bens por baixos valores, transforma-os em mercadorias extraordinariamente lucrativas. Empreendimentos, em geral, financiados por grandes empresas e bancos.

Trata-se de um modelo predador, que não produz alimentos e nem benefícios para a sociedade brasileira. Apenas saqueia nossos territórios, concentra riquezas e exporta mercadorias, além de gerar um elevado passivo de crimes ambientais e humanos, provocando desequilíbrios, desastres, mudanças climáticas e genocídio dos povos. Estima-se que cerca de 30 mil fazendeiros capitalistas utilizam desse modelo, em geral nas regiões de fronteiras agrícolas, e empregam pouca mão de obra contratada.

O segundo é o modelo do capital chamado **Agronegócio**. Expressão aportuguesada do *agrobusiness* estadunidense, que mais do que um conceito, é um modelo de exploração da agricultura articulado a um projeto de dominação social. Ele se caracteriza por aprofundar o pacote da Revolução Verde, com a utilização intensiva de fertilizantes químicos, sementes transgênicas, agrotóxicos, mecanização agrícola,

baixa utilização de mão de obra, provocando um êxodo rural permanente.

Esse modelo se dedica ao monocultivo de apenas algumas *commodities* exportáveis, como: soja, milho, algodão, cana-de-açúcar e a pecuária bovina. Em 2021, esses produtos ocupavam 86% de toda área agrícola e representavam 94% de todo volume e 86% do valor da produção.

O agronegócio produz muita riqueza, renda agrícola, porém estabelece muitas contradições com os interesses gerais da sociedade brasileira. Sua atuação contribui para as mudanças e alterações climáticas, através de um aprofundamento na exploração da natureza para fins de obtenção de lucros, assim como a contaminação das águas e do ar, através dos seus fertilizantes químicos e dos agrotóxicos, com uma lógica financeira cada vez mais presente. Além disso, provoca o aumento da fome, das violências e o adoecimento da população pelo uso indiscriminado dos agrotóxicos, que propagam o câncer e outras enfermidades.

Para tentar mascarar tais contradições, o agronegócio se utiliza de um poderoso arsenal ideológico, dispondo de uma ampla estratégia de propaganda, (comerciais de TV, músicas, projetos artísticos, culturais e educacionais), que age no senso comum das pessoas, impondo narrativas de progresso e desenvolvimento ao país, ao mesmo passo que camufla seus impactos perversos com o objetivo de construir o consenso na sociedade de vocação da agricultura.

Há dois grupos de fazendeiros dentro desse modelo: 49 mil proprietários de terra de áreas acima de 1000 hectares, que controlam 120 milhões de hectares; e 345 mil fazendeiros com áreas menores, de 100 a 1000 hectares, que controlam um total de 138 milhões de hectares. A maior parte dos fazendeiros não mora nas fazendas e muito menos

nelas trabalha, apenas administra seus lucros desde as cidades e/ou bolsa de valores.

Há, também, aproximadamente 2 milhões de trabalhadoras e trabalhadores assalariados permanentes, que produzem essa riqueza e outros 2 milhões são contratados de forma temporária e precária, em períodos de plantio ou colheita, poucos meses ao ano. A maioria deles são migrantes oriundos das periferias das cidades e ou de outras regiões do Brasil.

Estudos sobre a distribuição da renda agrícola, com base nos cálculos de custo de produção da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), tomando-se como referência a produção de soja, que é a que ocupa maior parte das áreas, revelam que: 70% da renda produzida é apropriada pelas empresas transnacionais, que fornecem os insumos; 13% vem da renda da terra, que fica com o proprietário; 9% se destina ao capital financeiro, aos bancos, através do pagamento de juros e seguros; 7% é destinado aos trabalhadores, como pagamento de salários, e somente 2% são repartidos para toda sociedade na forma de impostos.

Vale notar o avanço de “capitalismo verde”, em que alguns fazendeiros, percebendo a insustentabilidade ambiental, econômica e social desse modelo produtivo, já começam a investir em bioinsumos, energias renováveis e reflorestamento, ou gerando títulos para o mercado de carbono, com a intenção de revendê-los aos capitalistas poluidores do Norte Global. Tema que abordaremos adiante.

O terceiro modelo de produção existente é a chamada **Agricultura Camponesa e Familiar**. Sua característica fundamental tem base no trabalho de toda família, sua prioridade é a produção de alimentos para si e para o mercado

local e nacional. Praticam uma policultura, produzindo, de acordo com o bioma, uma grande diversidade de produtos. A Conab, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da compra antecipada de alimentos, chegou a adquirir 367 tipos diferentes de alimentos da agricultura familiar, que foram distribuídos para as populações carentes da cidade. Outro traço é que, em geral, as famílias procuram cuidar do meio ambiente, conservando a água e os bens da natureza.

Há, no Brasil, em torno de 5 milhões de famílias que vivem da agricultura familiar. Elas possuem, em geral, até 100 hectares de terra e controlam em todo o Brasil por volta de 80 milhões de hectares (23% da área agricultável total do país). Entre elas, estão 500 mil famílias em projetos de colonização na Amazônia Legal e outras 500 mil famílias assentadas em projetos de Reforma Agrária. As famílias que vivem nas comunidades quilombolas também estão inseridas nesse universo e nessa forma de produção.

De acordo com o IBGE (2022), esse modelo produz mais de 70% de todos os produtos alimentícios que vão à mesa da população brasileira. Esse percentual só não é maior por conta do óleo de soja, da carne bovina e de ovos de gaiola, que são produzidos, em grande parte, pelo modelo do agronegócio.

A agricultura familiar é a 8<sup>a</sup> maior produtora de alimentos do mundo. Com uma produção diversificada, os agricultores familiares são responsáveis pelo abastecimento do mercado interno, como: 70% do feijão, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% do leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos.

O Censo Agropecuário de 2017 indica, ainda, que a agricultura camponesa e familiar é a base econômica de 90%

dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. A ampla maioria da população que vive no meio rural e nas pequenas cidades tem seu trabalho e renda dependentes da agricultura camponesa e familiar. Sendo ela que gera empregos e fixa a mão de obra nos municípios do interior.

### **c) As consequências dos modelos do capital na agricultura**

Há um processo constante de ampliação da concentração da propriedade da terra, sob controle dos capitalistas, na forma de latifúndio e agronegócio. Isso pode ser constatado pelo índice de Gini, que mede estatisticamente a concentração de renda da terra, e que, em 2017, alcançou 0,864, um dos índices mais altos do mundo. Para se ter uma ideia, quando a terra é bem distribuída, o índice se aproxima de zero, e quando a terra está muito concentrada se aproxima 1,000.

Os fazendeiros aplicam seu lucro na compra de mais terra e assim aumentam a escala. Quanto maior o lucro na agricultura, maior e mais rápida será a concentração da propriedade das terras e seu preço está relacionado ao potencial da taxa de lucro de cada produto da região.

Há também no Brasil uma prática comum e sistemática de apropriação de terras públicas, conhecida como grilagem. A cada ano, milhões de hectares de terras públicas são apropriadas indevidamente e depois legalizadas de forma fraudulenta, isso sem contar os crimes praticados por muitos fazendeiros, que, ao invadirem territórios indígenas e comunidades quilombolas, cometem todo tipo de violência contra essas populações para fazer prevalecer suas ambições.

Outro aspecto importante a ser considerado é o crescente movimento de aquisição de terras pelo capital estrangeiro, relacionado a dois processos básicos: (1) a expansão da produção de *commodities* no Brasil; (2) a transformação da terra em um importante ativo patrimonial de proteção, sobretudo, após a crise financeira de 2008.

Com o estouro da bolha imobiliária especulativa nos EUA (2008) e a crise financeira generalizada, que se desencadeou a partir daí, um dos movimentos do capital especulativo foi se refugiar em investimentos mais seguros, como a terra, transformando-a em um ativo financeiro cada vez mais valorizado por investidores, que buscam alternativas para a crise de sobreacumulação do capital (especulativo, fictício, parasitário).

Dados da plataforma Land Matrix — que acompanha as transações de terra mundo afora — apontam o Brasil como o terceiro maior mercado de investimentos externos em terras. Somente na última década, teriam sido comprados 3.442.613 ha, demonstrando o avanço permanente da aquisição de terras por parte do capital estrangeiro. O país é também o oitavo do mundo como sede de empresas que mais têm adquirido terras fora de seu território. Porém, a maior parte das transações de terras desnacionalizadas é feita de forma encoberta, através empresas registradas no Brasil, ou de fundos de investimento estrangeiros.

O dado acima é apenas um indicador, mas na realidade o controle de terras por estrangeiros é bem maior. Alguns pesquisadores estimam que a propriedade de terras pelo capital estrangeiro, representado por empresas, entidades e fundos de investimentos, acumula mais de 30 milhões de hectares. Da mesma forma, não há estatísticas confiáveis sobre o grau de controle do capital financeiro sobre a

propriedade das terras; no entanto, ele é cada vez maior, uma vez que se dá também através da compra de ações de grandes grupos e pelo controle do financiamento dos insumos e da produção e comercialização das *commodities*.

Em suma, os dados sobre a estrutura fundiária brasileira apontam para três processos concomitantes: (1) o aumento da concentração fundiária; (2) o avanço do agronegócio sobre as terras públicas e comunitárias, seja por meio da grilagem de terras ou por alterações legais, que colocam essas terras no mercado e as franqueia para o capital; (3) a ampliação da aquisição de terras por fazendeiros, empresas e fundos de investimentos estrangeiros.

O controle da agricultura brasileira pelo capital impôs uma busca obsessiva pela produtividade e eficiência, gerando o que os capitalistas passaram a denominar de agricultura de precisão, ampliando seus ganhos. Nesse modelo produtivo, ganham relevo máquinas de enorme potência, com sofisticados sistemas de computador e georreferenciamento, além da explosão do uso de agrotóxicos altamente solúveis, especialmente os herbicidas, pois sua eficiência está atrelada ao uso de sementes geneticamente modificadas.

O Brasil está em segundo lugar no ranking de países que mais utilizam Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), ou transgênicos, nas lavouras. O país cultiva cerca de 56,9 milhões de hectares de lavouras transgênicas, incluindo soja, milho, algodão, feijão e cana-de-açúcar. O cultivo de transgênicos tem gerado um grande aumento de produção com uma expansão mínima da área cultivada. Por exemplo, a produção de soja aumentou quase 300% desde a introdução da transgenia, enquanto a área cresceu 170%.

Tal forma de organização do processo produtivo implicou no aumento do uso dos insumos, e, consequentemente, na sua dependência, pois todos são fabricados por empresas transnacionais e alguns deles proibidos de serem usados nos países de origem. Os venenos dispararam em preço e em volume utilizado. Em 2022, estimava-se o uso de 1 bilhão de litros de venenos, sendo 200 milhões de litros de Glifosato e 50 milhões litros de 2,4 D (ambos herbicidas).

No Brasil, são utilizados cerca de 4 mil agrotóxicos diferentes, sendo que, em apenas 4 anos de governo Bolsonaro, foram liberados 2.182 novos produtos, em sua maioria proibidos e banidos em outros países.

Toda essa carga química se alastra pelo território nacional: em 2,3 mil cidades foram encontrados um coquetel mortal de até 27 agrotóxicos diferentes e cerca de 60% da água fornecida nas torneiras das cidades tem contaminação de glifosato. Quanto aos adubos sintéticos, seu consumo quadruplicou nas últimas duas décadas, consumindo-se, em 2021, 45,8 milhões de toneladas.

Houve também uma concentração na propriedade dos meios de produção, em particular das máquinas. Há, no Brasil, ao redor de 1,2 milhões de tratores de todos os tamanhos, sendo que 80% deles estão sob controle do agronegócio. A agricultura familiar tem apenas 20% dos tratores e mecaniza apenas 18% de suas áreas, sendo que no Nordeste brasileiro os camponeses têm apenas 3% de suas áreas mecanizadas.

Essa concentração também se expressa no crédito rural, que financia basicamente a compra dos insumos e está diretamente relacionado à produção de *commodities*. Na safra de 2023/24 estima-se a utilização de 400 bilhões de reais pelo agronegócio contra 71 bilhões pela agricultura

familiar. O Estado brasileiro subsidia as taxas de juros, entre o valor pago pelo tomador do crédito e a taxa de juros de mercado, o que custa anualmente aos cofres públicos 13 bilhões de reais. Além do crédito do sistema bancário, o agronegócio emitiu nesta safra mais de 100 bilhões em notas promissórias para negociar direto com as empresas, sem depender do crédito e sem pagar juros.

A concentração, pelas empresas, do controle da produção e do comércio pode ser percebida pelo fato de que apenas 96 grandes empresas controlam todo o Produto Interno Bruto (PIB) agrícola brasileiro, no valor de 1,77 trilhões de reais. Entre elas, 30% são grandes cooperativas capitalistas, 30% são empresas transnacionais e 30% são grandes empresas nacionais. No geral, essas empresas controlam não só a renda agrícola de toda produção capitalista do latifúndio e do agronegócio, como também de parte da agricultura familiar.

Vale notar também que, nesse sistema produtivo, o trabalho assalariado, precarizado ou em condições análogas à escravidão, é também base da exploração e das altas taxas de lucro. Constata-se uma degradação nas relações sociais trabalhistas, em que os fazendeiros do agronegócio se beneficiaram das reformas trabalhistas e da previdência, implementadas pelo governo de Michel Temer, para excluir a maior parte de seus trabalhadores dos direitos anteriormente adquiridos, que encontram-se em condições precarizadas e submetidos a um conjunto de violências.

O resultado desse modelo concentrador de terras e capital é uma sociedade extremamente desigual na renda, nos direitos, nas condições de vida da população e no acesso às políticas públicas. O Brasil é a segunda maior sociedade em desigualdade econômica e social do mundo. De um lado

temos 1% apenas da população de bilionários capitalistas, 10% de classe média remediada e a imensa maioria da população, 89% que sobrevive do seu trabalho e, entre eles, milhões desempregados, sem renda fixa, sem direitos trabalhistas e passando fome. Um modelo de sociedade capitalista, patriarcal e racista, alimentado e reproduzido através de violências de todas as ordens, no campo e na cidade.

#### **d) A questão ambiental: crise ecológica e civilizatória**

O desenvolvimento do capitalismo nas últimas décadas, nos levou a uma crise ecológica sem precedentes. Se o caminho de destruição da natureza não for revertido, a humanidade e a maior parte das formas de vida que conhecemos podem desaparecer do planeta Terra.

A mais conhecida evidência dessa crise ecológica são as mudanças climáticas. Atualmente estamos com uma temperatura média 1,5°C acima do que no período pré-industrial. Esse aumento já tem produzido temperaturas e eventos extremos em várias partes do mundo e do Brasil. Também tem alterado o regime das chuvas, ora aumentando os temporais, ora reduzindo e desregulando os períodos do ano em que temos chuva. Os estudos alertam para um ponto de início de colapso, que pode chegar na próxima década. As principais vítimas da catástrofe climática são as populações pobres de todo mundo, sobretudo, o povo negro, expostas a situações de insegurança habitacional, alimentar, ecológica e social.

Um dos principais problemas ambientais brasileiros é o desmatamento. Segundo o MapBiomass, nas últimas quatro décadas foram desmatados 185 milhões de hectares de florestas em todos os biomas do território. É um fato sem

precedentes na história, que uma sociedade tenha causado tamanha devastação vegetal. Os modelos do latifúndio e do agronegócio são os grandes responsáveis por esse fenômeno, pois a destruição dos biomas é parte do mecanismo de grilagem de terras, principalmente nas fronteiras de expansão agropecuária. Entre 2017 e 2021, foram desmatados quase 11 milhões de hectares em todo o país e, em 2021, foram derrubadas 500 milhões de árvores somente na Amazônia. É necessário alcançarmos o desmatamento zero e reflorestar 65 milhões de hectares degradados para impedir que cheguemos ao “ponto de não-retorno” das condições climáticas catastróficas para a humanidade.

O desmatamento está diretamente ligado às alterações climáticas e, em 2021, produziu a enorme quantidade de 1,2 bilhão de toneladas de gases do efeito estufa, o que representa todas as emissões do Japão. Além disso, é responsável por outras faces da crise ecológica, sendo a destruição da biodiversidade uma delas, pois cerca de 10 mil espécies de plantas e animais estão ameaçadas de extinção pela destruição dos biomas. O desmatamento também impacta no aumento da erosão dos solos e na desertificação. Até 2021, cerca de 13% do semiárido brasileiro já tinha sido atingido pela desertificação.

A combinação entre desmatamento e superexploração dos bens hídricos gera outra dimensão da crise ecológica, que é a crise hídrica. O agronegócio é responsável por 72% de toda a água utilizada no Brasil, sendo que a irrigação de 8,5 milhões de hectares utiliza a mesma quantidade de água que todas as outras atividades urbanas e rurais do país. A combinação da produção de soja com a pecuária tem agredido diretamente os biomas da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal, afetando as bacias hidrográficas de outras regiões, compactando o solo e produzindo escassez hídricas

nesses biomas e nos centros urbanos, facilitando também as queimadas e o desmatamento.

A exploração de minérios, por sua vez, vem agravar a situação da crise, na medida em que promove um conjunto de alterações que extrapolam as áreas de extração, atingindo extensos territórios e populações. Assim, é comum observar enormes áreas degradadas pela erosão e contaminação do solo e da água por produtos químicos, a mortandade de peixes, a evasão forçada de animais silvestres, a poluição do ar pela queima de mercúrio, a poluição sonora gerada pelas instalações de extração e logística, depreciação de imóveis, transtornos de tráfego e também o acirramento de conflitos pela posse da terra, de modo que a instauração da atividade mineradora se configura como uma forma violenta em relação à natureza e à vida de comunidades inteiras.

Os casos mais emblemáticos da ação das empresas mineradoras são os crimes impunes, como Mariana (2015) e Brumadinho (2019), em Minas Gerais, cujos impactos sobre o meio ambiente e sobre a vida das comunidades ainda persistem. Dentro de uma lógica de crescente descartabilidade das mercadorias, expansionista e acumulativa, o cuidado com o meio ambiente e com a vida humana torna-se cada vez mais um fator supérfluo, de modo que o lucro é colocado acima da natureza, das comunidades, da vida em geral. Acrescenta-se a isso os diversos conflitos entre empresas mineradoras e as comunidades locais, constantemente ameaçadas de serem expulsas de territórios tradicionalmente por elas ocupados, pretendendo substituir lugares de vida pela instalação de mega projetos de exploração de minérios, gerando inúmeras violações dos direitos de populações indígenas, quilombolas, tradicionais, camponesas e sem-terra.

As consequências desse projeto são avassaladoras, gerando eventos climáticos extremos, que têm afetado de forma desproporcional a população mais pobre do país, particularmente a população negra e periférica. Nos últimos 30 anos, perdemos 16% de toda a superfície de água do nosso país, o que significa 3,1 milhões de hectares. A média de chuvas também tem se reduzido na maior parte do Brasil, tornando os períodos de seca cada vez mais frequentes e duradouros. A vazão das bacias tem se reduzido numa velocidade ainda maior, pois, além da redução das chuvas, houve um considerável aumento da exploração das águas, especialmente pelo agronegócio. Na bacia do rio São Francisco a vazão hídrica reduziu-se em até 50%, entre 2010 e 2020, e, entre 2017 e 2020, quase 90 milhões de brasileiros foram afetados por secas e estiagens. O outro lado da moeda são as chuvas em excesso, somente nas enchentes no Sul do país, em 2024, 800 mil pessoas foram diretamente atingidas.

A questão ecológica não pode ser dissociada da questão agrária. As principais causas da crise climática no Brasil se devem ao modelo do agronegócio, baseado na concentração fundiária, na expansão da fronteira agrícola, na produção de *commodities* baseada na monocultura e no pacote da Revolução Verde. A mudança do modelo de agricultura brasileira são as chaves para o efetivo enfrentamento da crise climática, que também é civilizatória.

No último período, para esconder a gravidade da crise e ampliar seus lucros, o capital financeiro e as grandes empresas estão criando uma mercadoria especulativa relacionada com a pretensa intenção de preservação da natureza: transformar o oxigênio produzido pelas florestas em mercadoria. Para tanto, estão construindo títulos de crédito de carbono, com base no volume de oxigênio gerado, títulos

que são vendidos a outras empresas para compensar as agressões que fazem ao meio ambiente, emitindo gases poluentes. Mas isso não altera as práticas agressoras ao meio ambiente, apenas gera mais um negócio.

Os empresários do agro também estão introduzindo mecanismos de rastreabilidade, que permitem acompanhar todos os produtos agrícolas da fazenda até o mercado, pretendendo transformar essas mercadorias em verdes, ou sustentáveis. No entanto, produzir numa área que não foi desmatada recentemente, não a torna verde ou sustentável e, tampouco, elimina o uso de agrotóxicos e de sementes transgênicas, que afetam gravemente a saúde pública. Tais ações não passam de estratégias de convencimento da sociedade acerca do projeto do agronegócio, que segue destruindo a vida, agora sob a máscara de termos como agricultura regenerativa e agricultura de baixo carbono.

Em suma, o discurso do verde e da agricultura regenerativa não são de fato medidas estruturais de proteção do meio ambiente, são apenas mais um mercado para transformar os bens da natureza em mercadoria, ganhar dinheiro e acumular. Nenhum capitalista investe em reflorestamento, em agricultura orgânica, em eliminação dos agrotóxicos sem que isso seja lucrativo, seu compromisso não é com a natureza e sim com a reprodução e acumulação de capital.

### **e) As classes sociais no campo**

É complexo qualificar a estrutura das classes sociais que constituem o campo brasileiro. Porém, podemos identificar os principais setores sociais nele presente, como resultado de sua relação com os meios de produção, propriedade

da terra, apropriação da riqueza produzida e sua condição subjetiva de consciência ideológica em relação à sociedade e às demais classes sociais.

A **burguesia**: há uma classe burguesa no campo brasileiro, que são os grandes proprietários de terra e de meios de produção (tratores, armazéns, caminhões de transporte etc.). Essa burguesia já não é apenas agrária. Ainda que extraia o lucro e a riqueza da produção agrícola, em geral, esses proprietários têm também investimentos em outras áreas da economia e são dependentes do capital financeiro.

O **capital estrangeiro**: está presente em todas as atividades agrárias. É representado pelos proprietários de terra e pelas principais empresas que produzem máquinas, fertilizantes, agrotóxicos, sementes transgênicas etc. Também controlam o mercado mundial de soja, milho, algodão, trigo, leite, sucos, entre outros. Portanto, poderíamos dizer que há uma burguesia imperialista, que também atua na agricultura brasileira, sozinha ou associada à burguesia brasileira.

A **pequena burguesia agrária**: está representada pelos médios proprietários, que em geral possuem de 100 a 1000 hectares de terra e que adotam o modelo de produção do agronegócio. Estão totalmente subordinados aos bancos e às empresas transnacionais, que controlam o mercado de insumos e de produtos. A maioria precisa contratar trabalhadores assalariados. Estatisticamente seriam ao redor de 350 mil fazendas em todas as regiões do país. São eles que também organizam e atuam nas cooperativas agrícolas capitalistas.

A **classe trabalhadora na agricultura**: existem diversos segmentos, frações de classe, entre os trabalhadores do campo. O segmento mais numeroso são os camponeses,

que trabalham com seus familiares e adotam o modelo de agricultura familiar. Há entre os camponeses setores remediados, com boa renda, estabilizados economicamente, que ideologicamente se comportam como pequeno burgueses e estão totalmente integrados e subordinados às agroindústrias como a do leite, do fumo, dos sucos e dos frigoríficos. Poderíamos contabilizá-los, como cerca de um milhão de unidades de produção, que acessam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Os **camponeses empobrecidos**: adotam o modelo de agricultura familiar, possuem pouca terra, não têm acesso a crédito e assistência técnica e, por isso, não conseguem progredir economicamente. São cerca de 4 milhões de famílias, entre elas, os assentados.

Os **camponeses sem-terra**: não possuem terra e vivem como arrendatários, posseiros, meeiros, filhos de camponeses que têm pouca terra e são cerca de 2 milhões de famílias.

Os **assalariados rurais**: esse segmento da classe trabalhadora, conhecida na literatura como o proletariado rural, não possui terra e vive da venda da sua força de trabalho. Entre eles há 2 milhões, aproximadamente, que possuem emprego fixo, em geral moram nas fazendas e têm profissões mais estabilizadas como tratoristas, capatazes, administradores etc. E há outros 2 milhões de assalariados rurais que são temporários, não conseguem trabalho fixo, não têm direitos trabalhistas e previdenciários e possuem renda apenas em períodos de plantio ou colheita nas áreas do agronegócio. Muitos deles são também camponeses pobres, mas a maioria vive nas periferias das pequenas e médias cidades. Essa fração da classe trabalhadora rural tem potencial de também lutar por terra e pela Reforma

Agrária Popular, que lhe garanta não só terra, mas trabalho, estabilidade e futuro para sua família.

Há, no Brasil, 1.652.000 pessoas que são parte dos **povos indígenas**, pertencentes a mais de 266 etnias diferentes com suas culturas próprias, territórios, muitos ainda não demarcados (Censo IBGE, 2022). A parca proteção oferecida à população indígena ocorreu, sobretudo, porque a Constituição de 1988, reafirmou seus direitos históricos de preservação de seus territórios e cultura. Eles vivem em aldeias, territórios comunais, ou nas periferias das grandes cidades, se caracterizam por um profundo respeito à natureza e não se organizam em classes sociais. Desta forma, não é correto classificá-los como classe social, mas sim como povos, os povos indígenas. Certamente há uma grande identidade de propósitos entre os povos indígenas e a classe trabalhadora do campo, pois seus projetos se aproximam em diversos pontos e seus inimigos são os mesmos: o latifúndio, o agronegócio.

Há também as comunidades **quilombolas** em todo Brasil. Pela Constituição brasileira, suas terras são coletivas e não podem ser comercializadas. Do ponto de vista das classes, essas comunidades se classificariam como camponesas, já que possuem as mesmas características na forma de organização da produção dos bens, relações sociais e integração ao mercado. A ampla maioria deles poderia ser caracterizada como camponeses pobres e muitos são obrigados, em certos períodos do ciclo agrícola, a venderem seu trabalho para os fazendeiros do agronegócio.

Há uma intensa luta entre as classes sociais no campo. Às vezes clara e intensa, às vezes velada, invisível. Muitos setores da classe trabalhadora do campo tampouco têm consciência social de que a luta de classes existe e regula

as relações sociais. Essa luta por interesses de classes diferentes e antagonicas se expressa na disputa de projetos de sociedade, que implica em determinados modos de relação entre os seres humanos, com a produção e reprodução da vida e com os bens naturais, como a terra, a água, os minérios, entre outros.

Nesse sentido, ela atravessa todas as dimensões da vida econômica, política e social no campo. Ela aparece na fixação dos preços dos insumos e produtos agrícolas, nas relações trabalhistas, no processo produtivo, na disputa de políticas públicas e dos recursos do Estado. Aparecendo também nas relações sociais no interior das comunidades e com a sociedade em geral, muitas vezes sob a forma de dominação racista e patriarcal, acumulando atos discriminatórios, preconceituosos, que vão da violência física à psicológica.

O padrão de dominação da burguesia brasileira sempre foi pautado pelo controle das leis, do poder judiciário, dos governos, das forças repressoras do Estado e do uso de jaguncismo e milícias privadas. Daí também advém o elevado nível de assassinatos de trabalhadoras e trabalhadores e das perseguições no campo, perpetrados ou encomendados pelo empresariado do campo, sempre protegidos pela impunidade do Estado.

Para manter seu projeto de dominação, as forças do capital ainda usam seus meios de comunicação e aparatos ideológicos (igrejas, escolas, pessoas influentes) para garantir a hegemonia de suas ideias sobre a maioria da sociedade, naturalizando a exploração e a dominação, apresentando o agronegócio como modelo promissor, que supostamente carrega a economia brasileira nas costas e promove o bem-estar social, ainda que esse discurso seja falacioso e esteja

longe de corresponder à realidade daqueles que vivem no campo.

Embora toda história do Brasil seja marcada pela violência, é importante reafirmar que sempre houve resistência popular, de negras e negros, de povos indígenas, de camponesas e camponeses e de trabalhadoras e trabalhadores em geral.



## II – NOSSA COMPREENSÃO DA REFORMA AGRÁRIA POPULAR



Queremos apresentar alguns aspectos que denotam a concepção, nossa visão de mundo e elaboração teórica, formulada a partir das práticas que já construímos em nossos territórios na construção da Reforma Agrária Popular.

No Brasil, a Reforma Agrária clássica burguesa foi sepultada no final do século XX, pelo próprio capitalismo. Esse processo se deu através da implementação de políticas neoliberais, da globalização, da supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo e da divisão planetária da produção, que promoveu a desindustrialização e incorporou a economia brasileira ao mercado internacional, como mera exportadora de produtos primários.

Assim, mundialmente, a Reforma Agrária burguesa, um dos alicerces do surgimento e consolidação da sociedade urbano-industrial, passou a ser um entrave ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Esse modelo de desenvolvimento eliminou, nos países do Sul Global, a prioridade ao seu mercado interno e ao seu desenvolvimento, subordinando as necessidades do seu povo ao impulso das exportações de poucas mercadorias, produzidas em terras agricultáveis, ocupando o lugar e a logística da produção de alimentos, gerando fome e ampliando a desigualdade social.

No Brasil, a Reforma Agrária clássica, com raras exceções, nem chegou a figurar como projeto das elites, pois a luta pela terra sempre esteve no cerne da divisão de classes e tais concessões poderiam abrir fendas para reparações estruturais frente a uma história sangrenta de colonização, escravização indígena e negra, subordinação camponesa e produção de relações sociais racistas e dominadoras.

A burguesia brasileira, historicamente subordinada aos interesses do capital internacional, mostrou-se incapaz de

liderar um projeto de desenvolvimento nacional. E, além da subserviência e da incapacidade, a burguesia passou a atuar ativamente para bloquear qualquer alternativa de desenvolvimento econômico que atendesse, prioritariamente, aos interesses e às necessidades do povo brasileiro e que tivesse um protagonismo da classe trabalhadora.

Contraditoriamente, ao eliminar a possibilidade de uma Reforma Agrária clássica, criaram-se as condições objetivas e subjetivas para que as classes subalternas do campo elaborassem suas propostas de democratização do acesso às terras agricultáveis, de promoção de um desenvolvimento econômico, social, político e cultural do campo.

Em sua elaboração teórica, o MST a denominou de **Reforma Agrária Popular**, que visa fortalecer a luta pela terra, estimular o protagonismo camponês, potencializar suas conquistas, superando os preconceitos políticos que consideram tal segmento como ser social anti-revolucionário, expressão do atraso tecnológico, cultural e político.

Assim, a Reforma Agrária Popular é alicerçada em vários elementos de compreensão que sintetizam nossa elaboração teórica.

## 1. A Terra

A Terra é nossa casa comum, um organismo vivo do qual dependemos para produção e reprodução da nossa existência.

A água, as florestas, os minérios, a biodiversidade, não são mercadorias e nem devem ser objeto de apropriação privada do capitalismo. Isso nos exige considerar a natureza e os seus povos como portadores de direitos,

negando as imposições ideológicas e econômicas do capital. O que implica em ressignificar a conexão entre ser humano-agricultura-natureza.

Por isso, propomos a agroecologia como matriz produtiva de valorização dos conhecimentos tradicionais e as práticas culturais e sociais que alimentem o cuidado, afeto, solidariedade e coletividade entre os povos, respeitando seus modos de viver e de existir. Além de reivindicar uma ciência e tecnologia com princípios políticos e ecológicos comprometidos com a vida.

## **2. A Classe Trabalhadora**

A classe trabalhadora e suas organizações são os principais protagonistas na promoção das transformações estruturais em nosso país. Todavia, precisamos aprofundar a compreensão de quem somos e como vivemos enquanto classe trabalhadora.

Na Reforma Agrária Popular precisamos ampliar nossa compreensão para além da trabalhadora e do trabalhador assalariado do campo e da cidade, ou dos que estão organizados nos instrumentos consolidados historicamente.

Nossos canais de articulação com a classe trabalhadora do campo precisam alcançar as assentadas, assentados, acampadas e acampados da Reforma Agrária, agricultoras e agricultores familiares, pescadoras e pescadores artesanais, trabalhadoras e trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, caboclos, povos da floresta, das águas e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. Além do fortalecimento da aliança com os demais sujeitos da classe

trabalhadora que estão nas periferias do capitalismo e que, em sua grande maioria, são mulheres, indígenas, LGBTI+, populações negras empobrecidas, especialmente jovens. Esses sujeitos enfrentam maiores dificuldades de acesso a um trabalho menos degradante, se tornando reféns da precarização, da fragmentação no mundo do trabalho e da ideologia dominante.

Nossa proposta de Reforma Agrária Popular deve estimular processos organizativos e formativos em que a classe trabalhadora compreenda as razões de suas frustrações objetivas e subjetivas: como lidar com o empobrecimento, a fome, o sentimento de desconfiança nos possíveis laços de solidariedade e coletividade entre os povos, a insegurança e desesperança no futuro.

Essa compreensão é necessária para o aprofundamento de uma democracia que promova o combate à pobreza, à desigualdade social, que impulsione um desenvolvimento econômico com justiça social e ambiental, que assegure a soberania dos povos, com a participação ativa da classe trabalhadora na construção da Reforma Agrária Popular.

### **3. O Trabalho**

No Brasil, as relações sociais de trabalho trazem as marcas da nossa trajetória: roubo, expropriação, escravidão, dominação de gênero, exploração e manutenção de privilégios. A maioria da população trabalha em condições extremamente degradantes, desiguais e com baixa remuneração. Em contrapartida, uma minoria apenas vive para explorar e lucrar com o trabalho alheio.

A Reforma Agrária Popular compreende o trabalho como um elemento fundante, que constitui a história do

trabalhador, da trabalhadora e de todo o seu desenvolvimento econômico e social. Toda produção humana é oriunda do trabalho e precisa ser socializada entre todas as pessoas, superando as divisões raciais, sexuais e sociais.

Tudo é trabalho: o alimento que plantamos, a poesia que lemos, o cuidado com a casa e com a família, a comida que preparamos, a música que ouvimos, a nave espacial, as máquinas, a constituição das leis que regulam ou desregulam os nossos direitos e a nossa conduta. O resultado desse processo atravessa o desenvolvimento, modifica as relações e, em última instância, determina a nossa formação como um ser social.

Por essa razão, nossa proposta de Reforma Agrária Popular se ocupa da transformação das relações de trabalho nos territórios de assentamentos e acampamentos como ação determinante no enfrentamento à exploração capitalista e às diferentes formas de dominação.

#### **4. O Estado**

Compreendemos que o Estado é um dos palcos da luta de classes, mas também armadilha para as organizações populares, pois mesmo quando liderado por um governo popular, sua estrutura é preservada enquanto Estado Burguês. A Reforma Agrária Popular tem o desafio de construir espaços de conquistas reais para o povo e de pressionar para que se criem canais efetivos de participação popular na definição de investimentos, prioridades públicas e do destino do país.

Para tanto, precisamos construir uma correlação de forças para combater o atual modelo de desenvolvimento, centrado na hegemonia do agronegócio e no papel do

Estado brasileiro subordinado aos interesses do capital financeiro internacional, que bloqueia a possibilidade de um modelo de desenvolvimento nacional soberano popular, bem como a Reforma Agrária.

O nosso desafio na construção da Reforma Agrária Popular exige mudanças democráticas na forma de organização e funcionamento atual do Estado. Devemos lutar permanentemente para que o Estado se comprometa com a soberania nacional e popular, com a redistribuição de riquezas e renda, com uma reindustrialização que atenda as necessidades do povo e com a construção de uma sociedade igualitária, democrática, com justiça social e ambiental.

Portanto, precisaremos combinar a necessidade de arrancar conquistas, com as condições necessárias para acumular forças e combater a exploração capitalista e, ao mesmo tempo, fortalecer processos de luta permanente, para avançar na construção do Poder Popular, na superação do Estado Burguês e na construção do socialismo, o nosso bem-viver.

## **5. Emancipação Humana**

O desenvolvimento capitalista se realiza às custas da violência, da exploração humana e da espoliação da natureza. Como afirmou Marx “o capital nasce escorrendo sangue por todos os poros”. Assim, a realização plena das potencialidades humanas são impedidas por esse modelo, aprofundado pelo entrecruzamento da dominação imperialista, racista e patriarcal.

Para romper com essa lógica, é fundamental que a Reforma Agrária Popular não seja apenas um processo

produtivo e ambiental. É necessário um salto, uma ruptura com todos os elos de dominação e uma práxis permanente rumo à emancipação humana e social — de superação da propriedade privada, da divisão sexual, racial e social do trabalho, das violências e, portanto, livre de todas as formas de dominação por gênero, raça, etnia, orientação sexual, geracional e tantas outras formas que flagelam o ser humano.

Os povos do campo, florestas e águas já exercem duas das mais nobres e dignas missões de um ser humano: ser os guardiões da biodiversidade e produzir alimentos a partir da relação com a natureza, mas também têm um papel revolucionário. A Reforma Agrária Popular deve promover uma revolução cultural, construindo experiências concretas que potencializem novas formas de sociabilidade, vivenciadas coletivamente no cotidiano, que rompa com a desconexão entre ser humano e natureza, superando a desumanização da vida e as contradições do capitalismo, do racismo e do patriarcado.

A Emancipação Humana é nosso objetivo e a Reforma Agrária Popular é nosso caminho até ela. O centro do nosso projeto é a produção de alimentos saudáveis para todas as pessoas, combinado com o cuidado dos bens comuns, e isso só é possível através de relações não violentas, livres de exploração e de todas as formas de dominação. A nós interessa que as pessoas possam ter tudo aquilo que necessitam para viver com dignidade, o que também implica na liberdade de ser quem se é e de amar quem quiser, sem sentir medo ou constrangimento, desenvolvendo o máximo das suas potencialidades. É um sonho de liberdade coletiva, um lugar bom de se viver, feito de uma construção coletiva e diária que anuncia a nova sociedade.

## 6. Uma Reforma Agrária Popular

A Reforma Agrária Popular busca ser portadora de uma revolução cultural no campo e de um outro projeto de desenvolvimento para o país. Compreende que a construção desse projeto é fruto das lutas históricas e da diversidade dos povos do campo, florestas e águas, das populações urbanas e do potencial de luta e resistência que está contido na vida desses sujeitos.

Nosso programa busca mudanças estruturais na forma de se relacionar com os bens da natureza, na organização da produção, nas relações sociais no campo e de acumular para construção da **luta pelo Socialismo**. Nesse sentido, propõe:

- O enfrentamento e superação das mazelas estruturais criadas pelo capitalismo e aprofundadas pelo racismo e pelo patriarcado, que penalizam o povo brasileiro;
- O enfrentamento à propriedade privada, à concentração da terra e à desigualdade social;
- A defesa da agroecologia como matriz tecnológica e modo de vida para produção de alimentos saudáveis e atividade central dos povos do campo, águas e florestas;
- A construção de um plano de reindustrialização do país articulado a partir da agricultura camponesa e familiar e das necessidades do povo brasileiro;
- O acesso à ciência e às tecnologias, que assegurem o desenvolvimento com justiça social e ambiental;
- O enfrentamento às diferentes formas de violência na construção de relações humanas emancipadas, ampliando a participação das mulheres, dos sujeitos LGBTI+ e da juventude;

- A defesa e o cuidado da natureza e seus povos;
- O desenvolvimento econômico e cultural para as populações, transformando as comunidades camponesas em um lugar bom de se viver;
- O aperfeiçoamento e o fortalecimento dos mecanismos de democracia e participação popular no destino do país;
- A construção de um projeto de desenvolvimento a partir da diversidade e potencialidades da nossa formação territorial, econômica, social e cultural, centrado na Justiça Social e Soberania Nacional e Popular.

A Reforma Agrária é uma condição para a ampliação e consolidação da democracia no país. É um processo de acúmulo de forças e, ao mesmo tempo, contribui na construção de um Brasil socialmente justo, democrático, soberano e popular.



### III — PILARES DE UMA REFORMA AGRÁRIA POPULAR



Nosso projeto de mudanças na agricultura brasileira, chamado de Reforma Agrária Popular, que atende às necessidades de todo o povo, é como construir uma casa. Ela precisa estar baseada em pilares, que sustentam as propostas gerais de mudanças.

Essa construção carece de **luta de massas**, envolvendo toda a classe trabalhadora. Para tanto, precisamos fortalecer a unidade nas bandeiras de luta, desde os nossos territórios e em aliança com os povos em todo o mundo. Assim, é tarefa fundamental contribuir e ampliar os processos organizativos, de formação e recolocar a projeção do horizonte revolucionário.

Ao mesmo tempo, devemos fortalecer os nossos territórios, através de nossa práxis, de forma que sejamos portadoras e portadores de um outro projeto de agricultura e sociabilidade, com justiça ambiental e social.

Reunimos aqui os principais pilares que sustentam esse projeto.

## 1. A luta pela terra e território

Precisa atender a todos os povos que quiserem trabalhar na terra e viver no campo. Os acampamentos e assentamentos precisam ser territórios livres de exploração, violência, dominação e injustiças, controlados pelo povo, onde todas e todos tenham uma vida boa e saudável.

## **2. A defesa da natureza**

Todas as formas de vida estão em risco no nosso planeta, tamanha as agressões, crimes e destruições cometidos pelo capital contra a natureza.

Somos parte da natureza e por essa razão, cuidar da biodiversidade e das águas torna-se um compromisso cada vez mais urgente e necessário.

## **3. Produzir alimentos saudáveis**

Produzir alimentos para nosso povo, comunidade, região e para toda população brasileira, inclusive para quem mora na cidade. Para produzir alimentos saudáveis precisamos praticar uma agricultura diversa, combater os agrotóxicos e massificar a agroecologia.

A massificação da produção agroecológica depende de conquistarmos terra, produzirmos sementes diversas, fertilizantes orgânicos, defensivos biológicos, tecnologias agrícolas adaptadas para a agroecologia, para os diferentes biomas e usarmos uma matriz energética diversa, ambientalmente adequada e socialmente justa.

## **4. Plantio permanente de árvores**

Na construção de uma cultura política ambiental e agroecológica para as áreas de reforma agrária, o plantio de árvores é um pilar fundamental na prática da Reforma Agrária Popular em todos os biomas. Ele está vinculado à diversidade da produção de alimentos saudáveis, ao planejamento estratégico a longo prazo, à recuperação, conservação

e cuidado com os bens comuns da natureza — água, solos, minérios, sementes e biodiversidade.

## **5. Mecanização da Agricultura Camponesa e Familiar**

A mecanização da agricultura camponesa e familiar é central para conseguir reduzir a penosidade do trabalho agrícola; elevar a produtividade geral na produção de alimentos; ampliar a renda e as formas de trabalho no campo; bem como contribuir para o controle da inflação e dos preços dos alimentos.

É fundamental para a qualidade de vida no campo manter o interesse dos jovens no trabalho agrícola e diminuir a carga de trabalho das mulheres que, além do trabalho nas lavouras, são quase que inteiramente responsáveis pelas tarefas dos cuidados e da reprodução da vida.

Além disso, é uma necessidade para massificar a agroecologia, que precisa enfrentar os desafios de ter suas próprias fábricas de fertilizantes orgânicos e defensivos biológicos; produzir sementes; dominar tecnologias de energias ambientalmente e socialmente justas; além de ampliar a agroindustrialização para beneficiar os alimentos de forma saudável e conservá-los para as populações que vivem nas cidades.

## **6. A cooperação**

A cooperação é um instrumento revolucionário de luta e resistência, que visa contribuir no enfrentamento ao avanço do capital, combatendo a ideologia do individualismo e da meritocracia, à luz dos princípios, valores e do processo histórico desenvolvido pelo MST.

Na Reforma Agrária Popular o processo de cooperação deve ser construído em nossos territórios desde a ocupação, sendo a principal forma de organização do trabalho, da produção e da nossa relação com a natureza. É preciso desenvolver junto às estratégias de cooperação, estruturas que garantam condições de participação igualitária das mulheres e da juventude, especialmente no que se refere ao trabalho reprodutivo, como o cuidado com as crianças, idosos e o trabalho doméstico.

O acesso às diversas políticas públicas deve construir estratégias de autonomia e emancipação de nosso povo, ampliando as agroindústrias e outras formas de cooperação, inclusive, para viabilizar mais tempo de lazer, cultura e desenvolvimento das potencialidades dos povos do campo, águas e florestas. Além disso, é uma forma de fortalecermos nossas relações e unidade entre os povos, com ações de solidariedade, também no trabalho urbano e internacionalista.

## **7. Energia e Mineração**

Disputar outra forma de relação ser humano-natureza, passa pelo debate estratégico do modelo energético e de mineração do país, que incide diretamente na construção da soberania nacional popular, bem como na utilização do desenvolvimento tecnológico articulado a um plano de reindustrialização para o atendimento das necessidades humanas.

Nossa proposta de Reforma Agrária Popular defende o acesso e desenvolvimento de tecnologias que permitam a produção de energia, em escala descentralizada, a serviço das comunidades, optando por formas ambientalmente e

socialmente justas, que não destruam a natureza e os seus povos. Defendemos ainda um outro modelo de mineração, que tenha como base a conservação e reprodução da vida das populações e da natureza. O subsolo e os bens minerais não devem ser cedidos a empresas estrangeiras, a mineração deve ser exercida preferencialmente por empresa estatal para suprir as necessidades básicas da população brasileira em primeiro lugar.

## 8. Educação e Escola

O acesso à educação, direito universal do ser humano, é uma das condições basilares para construção da Reforma Agrária Popular. Por esse motivo, lutamos pela garantia da educação pública ofertada onde vivemos, livre da tutela política e pedagógica do Estado. Defendemos uma educação emancipadora, vinculada à vida social, fundada na Pedagogia do Movimento, no trabalho socialmente útil, na agroecologia, na luta, na organização coletiva, na cultura, na história, articulado ao acesso à ciência e tecnologia, às artes e aos bens culturais.

O desenvolvimento de crianças, jovens, adultos e idosos, em todas as dimensões humanas e da vida, é parte fundamental da continuidade da luta coletiva por uma nova sociedade alicerçada nos valores humanistas e socialistas que defendemos.

## 9. Saúde

*Saúde é a capacidade de lutar contra tudo aquilo que nos oprime.* A Reforma Agrária Popular compreende que a nossa saúde deve ser integral e conquistada como um direito,

que está diretamente relacionado às nossas condições de dignidade humana. Enquanto prática transversal à nossa cultura política, a saúde e o cuidado estão relacionados à luta por territórios e povos livres das violências e das dependências, seja dos medicamentos, seja dos agrotóxicos, e das formas sociais capitalistas que adoecem a humanidade.

Defendemos, também, que a saúde e o bem-estar abrangem a produção de cuidados, a partir do trabalho coletivo, organização das práticas e saberes ancestrais integrados aos sujeitos e territórios, combinados à apropriação das ferramentas científicas. Saúde não pode ser entendida apenas como cura de enfermidades, mas sim como promoção, prevenção, atenção e vigilância popular. Assim, os cuidados coletivos e individuais integram as diversas dimensões da vida nos territórios (esporte, lazer, arte, infraestrutura, equipamentos públicos), que se constituem numa cultura saudável, viva e libertadora.

## 10. Cultura e Arte

A luta pela terra é matriz formadora da cultura política do MST e semeia um projeto emancipatório capaz de experimentar no presente as nossas diretrizes de um modo de vida onde o ser humano, a natureza e o trabalho se cultivam numa perspectiva coletiva e revolucionária. A cultura é a forma como organizamos a nossa vida e a nossa sociabilidade, e é na luta pela existência e resistência que fincamos raízes na construção e disputa da nova sociedade.

Uma importante dimensão da cultura, como âmbito formativo dos sentidos e da consciência, é a arte. A arte tem potencial de redimensionar, criativa e sensivelmente,

a forma pela qual fazemos a luta. Cultiva nossa humanidade e, por isso, é um direito inalienável de todas e todos nós.

A Reforma Agrária Popular deve projetar, permanentemente, a massificação da fruição e da formação artística. É também através dessa dimensão sensível, que podemos realizar em nossos territórios, e no conjunto da sociedade, a disputa pelas ideias, visão de mundo, afetos e valores, confrontando o imaginário violento do agronegócio.

## **11. A Solidariedade**

A solidariedade é uma das marcas mais importantes de toda a caminhada histórica da classe trabalhadora e de suas organizações. O momento histórico que vivemos exige que sejamos cada vez mais solidários, como parte de nossa práxis e não abramos mão da capacidade de nos indignar como valor. Nunca podemos ser indiferentes em relação ao sofrimento humano imposto pela crise civilizatória que atravessamos. A solidariedade é a forma de vivenciar a nova sociedade que estamos construindo.



**IV — PROGRAMA DE REFORMA  
AGRÁRIA POPULAR**



## **1. Democratizar a terra a todos e todas que querem trabalhar e viver no campo**

- 1.1 Democratizar o uso, o acesso, a posse e propriedade da terra, os bens da natureza e os meios de produção na agricultura vinculados aos interesses e necessidades sociais, econômicas, culturais e políticas da população do campo, e, de modo geral, de todo o povo brasileiro;
- 1.2 Garantir o direito à posse, uso da terra e sua demarcação a todas e todos que vivem no campo, nas águas e nas florestas: camponesas e camponeses, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas e ribeirinhos, pescadoras e pescadores e comunidades tradicionais;
- 1.3 Desapropriar, para fins de Reforma Agrária, todas as terras que não cumprem a sua função social, relativa ao uso produtivo, às condições sociais e trabalhistas dos trabalhadores e trabalhadoras e à conservação do meio ambiente, como estabelece a Constituição Federal de 1988; além das fazendas que se utilizam do narcotráfico e contrabando de mercadorias, apoio ao garimpo ilegal, trabalho análogo à escravidão, sequestros e tráfico humano;
- 1.4 Priorizar, no processo de desapropriação, terras das maiores fazendas improdutivas, fazendas devedoras da União, das propriedades de empresas estrangeiras e das empresas do setor secundário (indústrias) e terciário (serviços, bancos e comércio) e, de preferência, próximas às cidades;
- 1.5 Confiscar todas as terras públicas devolutas que foram griladas por fazendeiros e empresas e destiná-las à Reforma Agrária;

- 1.6 Impedir que as terras nas zonas de fronteira do país sejam entregues para grandes empresas, sobretudo, de capital estrangeiro. Utilizá-las para assentamento de famílias camponesas, regularização de posseiros e/ou povos indígenas residentes no local atualmente, ou no passado;
- 1.7 Lutar e criar mecanismos que impeçam qualquer hipótese de estrangeirização das terras;
- 1.8 Estabelecer um limite máximo para o tamanho da propriedade das terras agrícolas no Brasil, conforme o módulo fiscal de cada região e em posse de um único proprietário;
- 1.9 Combater todas as formas de cobrança de renda da terra e/ou arrendamento de áreas rurais;
- 1.10 Garantir que haja consulta por parte dos governos a todas as famílias atingidas, em caso de empreendimentos públicos ou privados, para que eles tenham o menor impacto socioambiental possível. E, se houver necessidade da obra, que lhes seja assegurado o direito à terra, nas mesmas condições em que viviam, e indenização por perdas e danos de forma justa, pelo seu trabalho e benfeitorias construídas;
- 1.11 Estabelecer que todas as famílias beneficiadas pela Reforma Agrária receberão títulos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), com direito à herança familiar, com dupla titularidade quando se tratar de um casal, estando proibida a venda das parcelas de terra de reforma agrária. A titularidade deve incluir todos sujeitos LGBTI+, sem discriminação, e em casos de violência contra a mulher, que elas tenham prioridade de permanência, com a exclusão do agressor do lote;

- 1.12 Assegurar em cada assentamento de Reforma Agrária, terras de uso coletivo destinadas à juventude, para o desenvolvimento do trabalho cooperado na produção agrícola, articulado a políticas públicas, que reconheçam a juventude como beneficiária da Reforma Agrária, fortalecendo a permanência da juventude no campo e garantindo uma nova geração camponesa;
- 1.13 O uso e posse da terra tem que estar comprometido com a defesa da natureza e uma produção em equilíbrio, convivência e conservação dos bens naturais.

## **2. As sementes e mudas são a base de toda agricultura**

- 2.1 As sementes são um patrimônio dos povos a serviço da humanidade e não pode haver sobre elas propriedade privada ou qualquer tipo de controle econômico e tecnológico, nem cobrança de *royalties*;
- 2.2 Preservar, multiplicar, socializar as sementes “crioulas” e as sementes florestais nativas, de acordo com a biodiversidade dos biomas, com incentivo à organização de casas de sementes e viveiros de mudas nativas e frutíferas, dos alimentos da cultura brasileira e da vegetação nativa dos biomas, para atender as necessidades de produção das famílias camponesas;
- 2.3 Defender a soberania nacional e popular sobre produção e multiplicação de todas as sementes e mudas nativas e frutíferas, alimentares e medicinais sem controle econômico e tecnológico, incentivando a preservação das sementes crioulas, as sementes e mudas de florestas nativas de acordo com a biodiversidade dos biomas brasileiros;

- 2.4 Estabelecer a democratização do acesso às sementes e a proibição de sua monopolização, combatendo as sementes transgênicas exterminadoras e outras variações geneticamente modificadas, que prejudicam a vida e o meio ambiente;
- 2.5 Combater de forma permanente os agrotóxicos e as legislações que têm flexibilizado o seu uso, bem como proibir a pulverização aérea de agrotóxico;
- 2.6 Plantar árvores nativas e reflorestar todos os nossos territórios e biomas como ação permanente;
- 2.7 Garantir um desenvolvimento ecológico adaptado às especificidades de cada um dos biomas e ecossistemas do território brasileiro, a saber: Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Pampa, dando a devida atenção aos problemas graves com os ecossistemas como Mangues, Cocais, Araucárias.

### **3. Água: um alimento da natureza em benefício de todas as pessoas**

- 3.1 A água é um bem da natureza e deve ser utilizada em benefício de toda a humanidade. Estabelecer que a posse e o uso da água estejam subordinados aos interesses e às necessidades de toda população, portanto, não pode ser propriedade privada. Todos os reservatórios de água, barragens, açudes, inclusive subterrâneos, devem ser de domínio público;
- 3.2 Adotar uma política específica de proteção dos aquíferos e das nascentes de todas as bacias hidrográficas, de todos os biomas;
- 3.3 Proibir e punir qualquer tipo de agricultura que comprometa as nascentes e os recursos hídricos e

- recuperar as nascentes atingidas pela mineração, energias renováveis, agronegócio e empresas que despejam seus dejetos nos rios;
- 3.4 O Estado e suas empresas públicas devem garantir o abastecimento de água potável e sem agrotóxicos a todo o povo brasileiro;
  - 3.5 O Estado deve pressionar para criar legislações e ter rigor com o controle sobre os agrotóxicos presentes na água que abastece as cidades;
  - 3.6 É papel do Estado adotar políticas que garantam aos povos do campo, das florestas e das águas as condições para o acesso e uso adequado das águas, sobretudo dos reservatórios públicos como barragens, represas, lagos, projetos de irrigação, para consumo e irrigação produtiva. Que se adotem políticas de proteção e manejo das fontes e mananciais, promovendo o reflorestamento de árvores nativas nas margens de córregos, lagoas e rios;
  - 3.7 Implementar um amplo programa de manejo da água para os povos do campo, das florestas e águas, que viabilize a sua conservação natural e a infraestrutura de captação, armazenamento e tecnologias de irrigação de uso sustentável para a produção agrícola e animal;
  - 3.8 Implementar políticas de combate, prevenção e convivência com os extremos climáticos, em especial as secas e enchentes;
  - 3.9 Implementar programas de aproveitamento da água da chuva, para abastecimento das moradias, comunidades, agricultura e agroindústrias;
  - 3.10 Lutar pelo desmatamento zero em todos biomas do Brasil;

- 3.11 Criar uma política de abastecimento hídrico para as comunidades camponesas que garanta a qualidade, a regularidade do abastecimento e quantidade de água para as famílias.

#### **4. A organização da produção de alimentos**

- 4.1 Priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, produzidos de forma agroecológica e diversificada, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicas;
- 4.2 Organizar a produção e comercialização com base em todas as formas de cooperação agrícola, como formas tradicionais de organização comunitária, associações, mutirões, cooperativas, empresas públicas e empresas sociais;
- 4.3 Organizar agroindústrias na forma de cooperativas e sob controle das camponesas e camponeses, nos assentamentos e em todas as regiões, com foco na inserção da juventude, das mulheres e da população LGBTI+;
- 4.4 Garantir uma política de Estado de compra e distribuição da produção de alimentos da agricultura familiar;
- 4.5 Instalação de empresas públicas de serviços, com a participação das trabalhadoras e trabalhadores do campo, para garantir preços, armazenamento e distribuição da produção de alimentos das camponesas e camponeses;
- 4.6 Construir bancos de alimentos próximos aos grandes centros urbanos para contribuir no combate à fome e na logística de distribuição;

- 4.7 Organizar instituições para facilitar a certificação dos produtos orgânicos da agricultura camponesa, fortalecendo os sistemas participativos de certificação orgânica e apoio direto às famílias para realizarem a transição agroecológica;
- 4.8 Lutar por política pública para atender às necessidades de todos os camponeses do Brasil, em especial ter recursos suficientes que garantam fomento, investimento considerando desde a produção até a comercialização, fortalecendo programas que já existem como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cozinhas solidárias etc, e investir na criação de novos programas;
- 4.9 Criar espaços nas Assistências Técnicas e Extensão Rural (ATERs) e outras empresas públicas para inserção da juventude formada tecnicamente nas áreas da agricultura;
- 4.10 Promover pesquisas e formação técnica na área da produção e beneficiamento de alimentos de forma artesanal ou agroindustrializada para camponesas e camponeses, em especial para a juventude;
- 4.11 Incentivar cursos técnicos de agroecologia, administração, agroindústria e cooperativismo em todos os níveis nas áreas de assentamento, vinculadas às escolas do campo.

## **5. Energia e Mineração: desenvolver matriz energética diversificada e uso dos minérios a serviço do povo**

- 5.1 Desenvolver diferentes formas de energia alicerçado a um plano nacional de reindustrialização;

- 5.2 Desenvolver diferentes formas de produção de energia, adequadas aos biomas e aos sistemas alimentares (como criação de animais e o reuso dos resíduos), para o avanço das forças produtivas com justiça social e ambiental, considerando a realidade de cada território e a matriz energética disponível;
- 5.3 Garantir acesso universal e soberania popular sobre a energia em cada comunidade e em todos os municípios brasileiros;
- 5.4 Desenvolver, de forma cooperativada e descentralizada, a produção de energia a nível local, a partir das diferentes fontes de recursos renováveis, atendendo às necessidades de todo o povo brasileiro;
- 5.5 Implementar políticas e programas que assegurem a produção, distribuição e uso de energia para a população do campo;
- 5.6 Desenvolver programas de soberania energética, cooperados, públicos e descentralizados, em todas as comunidades rurais do país, com base em fontes alternativas, como vegetais não alimentícios, energia solar, hídrica, eólica;
- 5.7 Construir um novo modelo de mineração pautado na justiça ambiental e social, em benefício das comunidades e de todo o povo;
- 5.8 Os territórios de Reforma Agrária devem ser livres de mineração de qualquer tipo ou origem, seja pela autodeterminação e soberania da comunidade, seja pelos impactos que a mineração causa nos bens comuns da natureza; caso houver alguma necessidade de interesse público, devem ser implementada exclusivamente por empresa estatal, envolvendo a comunidade na construção e condução da proposta;

- 5.9 Exigir que parte da renda mineral seja destinada para atividades que não reproduzam os circuitos de dependência, como por exemplo destinar parte da alíquota da Compensação Financeira Sobre Extração Mineral (CFEM) para créditos a agricultura camponesa, que impulse o desenvolvimento científico e tecnológico, assim como para a diversificação econômica;
- 5.10 Criar mecanismos de controle social e popular do setor da mineração em relação à sociedade, à economia e à natureza, contendo a exploração de terras raras e minerais estratégicos minerados à revelia da sociedade brasileira.

## **6. Agroecologia e Mecanização: massificar enquanto estratégia para a produção agrícola brasileira**

- 6.1 Garantir políticas de créditos, financiamentos subsidiados, pesquisas e aprendizados tecnológicos voltados para a produção agrícola de matriz agroecológica com incentivo à adoção de técnicas que aumentem a capacidade produtiva das comunidades, em equilíbrio com a natureza;
- 6.2 Fortalecer a ciência, pesquisa e estudo com base na produção da agricultura camponesa e familiar, através do fortalecimento da atuação das universidades, Institutos Federais, da extensão rural, da pesquisa e das escolas de agroecologia, desenvolver centros de pesquisas, qualificação técnica e intercâmbio de conhecimentos, voltados para as atividades agrícolas, a produção de alimentos, agroindústrias e a conservação ambiental;

- 6.3 Ter políticas de incentivos e produção de máquinas, equipamentos e ferramentas agrícolas adequadas às necessidades e ao bem-estar dos e das camponesas e dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, de acordo com as realidades regionais e conservação ambiental;
- 6.4 Desenvolver um programa nacional de reflorestamento, com árvores nativas e frutíferas e de manejo florestal nas áreas que vivem os povos do campo, florestas e águas, degradadas pelo agronegócio, com cadeias produtivas vinculadas à viveiros, coletas de sementes, quintais produtivos, estimulando processos que conservem os bens comuns da natureza e gerem renda integradas com a produção de alimentos;
- 6.5 Fomentar programas voltados para os sistemas produtivos que tenham como central o componente arbóreo, como agroflorestas, sistemas silvipastoris, quintais produtivos e policultivos;
- 6.6 Combater a propriedade privada intelectual e de patentes de sementes, animais, recursos naturais, biodiversidade ou sistemas de produção e potencializar a relação entre agroecologia e os conhecimentos, da socio-bio-diversidades baseadas em conhecimentos milenares dos povos;
- 6.7 Combater a produção e comercialização de agrotóxicos e de sementes transgênicas, bem como impedir a pulverização aérea de veneno em todo o país, a considerar como os agrotóxicos contaminam especialmente os cursos da água, o solo e a atmosfera;
- 6.8 Combater o desmatamento e as queimadas em todos os biomas brasileiros;
- 6.9 Implementar agroflorestas e formas adequadas de irrigação;

- 6.10 Reorganizar e reestruturar a pesquisa agropecuária, dirigida prioritariamente para a agroecologia, recuperação ambiental, na produção de alimentos, substituição dos agrotóxicos e as melhorias genéticas em equilíbrio com a natureza e em consonância com as necessidades da agricultura camponesa;
- 6.11 Assegurar que a assistência técnica, a transferência de tecnologias, o fomento e a extensão rural tenham como orientação política os princípios da democratização dos conhecimentos, o favorecimento de intercâmbios e o estímulo à criatividade dos e das camponesas, e o fortalecimento de saberes tradicionais acerca do manejo agrícola de cada bioma;
- 6.12 Organizar o fomento e a instalação de empresas públicas e cooperativas de camponeses e camponesas para produção de insumos agroecológicos e instalar unidades de transformação de resíduos orgânicos das cidades em fertilizantes orgânicos;
- 6.13 Capacitar a população dos territórios para que amplie e qualifique sua incidência na prevenção e no combate a incêndios, bem como a denúncia caso haja indícios de ação criminosa;
- 6.14 Construir fábricas de bioinsumos e máquinas agrícolas necessárias para agricultura camponesa e familiar e agroindustrialização saudável dos alimentos.

## **7. A política agrícola: o Estado a serviço das necessidades do povo**

- 7.1 Os instrumentos de política agrícola – garantia de preços rentáveis para as camponesas e camponeses, compra antecipada de toda produção de alimentos,

- crédito rural adequado, seguro rural, assistência tecnológica, armazenagem — devem incentivar a agricultura camponesa e agroecológica na produção de alimentos saudáveis a todas as famílias camponesas, especialmente mulheres e jovens;
- 7.2 Garantir, através de políticas públicas, que todos os camponeses e camponesas tenham acesso aos meios de produção — máquinas adequadas, equipamentos, insumos — necessários para as atividades agrícolas e conservação ambiental;
  - 7.3 As populações do campo devem ter participação ativa na formulação de todas as políticas públicas para a agricultura;
  - 7.4 Assegurar políticas públicas, com a participação ativa das populações do campo, que atendam as necessidades das comunidades para produzir e comercializar os alimentos, que as mulheres e a juventude sejam sujeitas nesse processo.

## **8. Educação do Campo**

- 8.1 Universalizar o acesso à educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de Jovens, Adultos e Idosos) pública, gratuita e de qualidade social, comprometida com a transformação social;
- 8.2 Garantir que o Projeto Político Pedagógico das escolas seja construído com a participação da comunidade escolar, com os princípios da educação do MST e as práticas agroecológicas, contextualizado pelas realidades socioculturais dos biomas, respeitando a diversidade étnico-racial, sexual e de gênero;

- 8.3 Implementar programas de formação e projetos de experimentação e pesquisa em agroecologia, vinculados a escolas de educação básica, profissional e superior, com a inclusão da agroecologia como componente curricular e como matriz tecnológica no processo de ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento pedagógico;
- 8.4 Fortalecer o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) como estratégia de formação nas áreas de reforma agrária;
- 8.5 Ampliar o acesso da população camponesa, principalmente de mulheres, pessoas negras e indígenas e pessoas transgêneros, ao ensino superior, incluindo cursos de pós-graduação. Fortalecendo as condições de permanência, como: o regime de alternância, com hospedagem e alimentação, bolsa de incentivo à pesquisa e a extensão, creche e outras políticas financiadas com recursos públicos;
- 8.6 Ampliar o acesso de jovens e adultos à educação profissional de nível médio e ao ensino superior, fortalecendo as demandas do projeto de Reforma Agrária Popular e de desenvolvimento pleno do conjunto dos sujeitos e das comunidades camponesas;
- 8.7 Construção e manutenção de escolas públicas do campo em todas as áreas de Reforma Agrária, destinadas aos diferentes públicos, com estrutura física adequada, que garanta o direito à literatura, às linguagens artísticas e culturais, ao esporte e à experimentação agrícola;
- 8.8 Garantir a inclusão de temas relacionados a gênero, sexualidade, diversidade sexual e questão étnico-racial nos currículos escolares;

- 8.9 Implementar um programa massivo de alfabetização para jovens, adultos e idosos do campo, tornando os assentamentos e acampamentos em territórios livres do analfabetismo;
- 8.10 Garantir transporte escolar que viabilize o fluxo de estudantes entre escolas da própria comunidade do campo e intra-campo;
- 8.11 Garantir o atendimento especializado às pessoas com deficiência, em equipamentos e espaços adaptados, localizados no próprio campo;
- 8.12 Realizar concursos específicos para as escolas do campo, valorizando os profissionais que vivem nos territórios, promovendo a formação continuada voltada para educadores e educadoras que atuam nestas escolas;

## **9. Cultura e Arte do Campo**

- 9.1 Valorizar os saberes locais, das culturas tradicionais de cada região, dos mestres e mestras sejam elas as culturas ligadas às práticas agrícolas, mas também às artes, à medicina popular, à culinária e às festividades como elementos muito importantes de identidade e unidade nas comunidades;
- 9.2 Conectar os saberes regionais e entre as regiões do país;
- 9.3 Reconhecer e intercambiar com as culturas dos povos do campo de outras partes do mundo, identificando o que os une, seus desafios comuns e a diversidade cultural camponesa mundial;
- 9.4 Garantir acesso à tecnologia para produção artística e cultural e um modelo de tecnologia popular, que não gere dependência dos grandes centros e democratize

os meios de comunicação, a produção artística, e que consiga criativamente integrar essas inovações com a tradição;

- 9.5 Criar e fortalecer as experiências de formação cultural e artística em todos os rincões do Brasil, aproveitando o potencial das escolas formais, mas pensando em outros formatos também, como escolas itinerantes de artes do campo;
- 9.6 Desenvolver uma política permanente de estímulo e fortalecimento da produção cultural no campo que valorize a identidade camponesa, permita acesso e forme agentes da cultura popular no intuito de geração de renda, pelo princípio da arte e a cultura enquanto direitos inalienáveis do ser humano, desde a literatura, a culinária, o teatro, a dança, e tantas outras linguagens humanizadoras e emancipatórias;
- 9.7 Construção e manutenção de espaços e equipamentos culturais, como casas de cultura, pontos de cultura, centros comunitários para a realização de atividades artísticas, sede de grupos culturais e artísticos das comunidades, armazéns do campo;
- 9.8 Desenvolver formação em artes e cultura, nos mais diferentes níveis, comunitário: cursos nível médio e superior e formação continuada para professoras e professores das Escolas do Campo, em temas culturais, para a implementação de propostas pedagógicas em Comunicação e Cultura que valorizem os saberes e fazeres do campo;
- 9.9 Criação de uma Campanha Nacional de valorização das culturas alimentares e do estímulo à alimentação saudável, promovendo o debate com a sociedade

sobre a dimensão cultural da comida, importância da agroecologia e da soberania alimentar;

- 9.10 Criar um Programa Nacional de Memória e Acervo da Cultura do Campo, que englobe ações de pesquisa, preservação, conservação e restauração de acervo, bem como ações formativas em memória, em patrimônio cultural e criação de memoriais da luta pela terra e da Reforma Agrária nos territórios;
- 9.11 Escola de Artes em nível fundamental, médio e superior para que nosso povo tenha a possibilidade de desenvolver todas as suas potencialidades e habilidades artísticas.

## **10. Saúde, bem-estar e qualidade de vida**

- 10.1 Garantir a toda população do campo o acesso aos serviços de saúde, lutando para a efetivação do Sistema Único de Saúde (SUS), público e estatal, gratuito e de qualidade e contra as formas de privatização. A saúde é um direito e precisa ser garantido pelo Estado;
- 10.2 Fortalecer o SUS, com participação popular para construir e efetivar as políticas de equidade (Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas – PNSIPCFA; Política Nacional de Saúde Integral da População Negra; Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTI+, Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência – PNAISPD e outras), com a garantia da atenção integral, com promoção, atenção e vigilância em saúde a partir da ampliação e estruturação da Atenção Primária em Saúde que contemple

as diversidades de sujeitos e territórios (gestantes, idosos, mulheres, crianças, portadores de deficiência e LGBTI+ etc ) e a realidade do campo, da floresta e das águas;

- 10.3 Fortalecer a educação em saúde, de forma coletiva e permanente, a partir dos princípios da educação popular em saúde e das práticas emancipatórias, resgatando as ancestralidades e tecnologias sociais populares nos acampamentos e assentamentos;
- 10.4 Construir redes de cuidado e apoio voltados à saúde mental, fortalecendo iniciativas existentes e criando novas. Fortalecer a luta Antimanicomial na defesa de políticas de saúde mental para e com o campo de maneira a garantir acesso, qualidade e integralidade no SUS;
- 10.5 Assegurar que toda a população camponesa tenha acesso aos benefícios da previdência social, lutando contra as reformas que retiram direitos das classes trabalhadoras;
- 10.6 Ampliar os direitos à assistência social para as pessoas que moram no campo, fortalecendo o Sistema Único de Assistência Social (Suas). E retomar a política pública do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) do campo. Houveram experiências muito importantes quando foi criado, ainda que em poucos territórios. Mas conseguem identificar, tratar e acompanhar doenças, acidentes de trabalho e contaminação por agrotóxicos, com uma efetividade e prioridade muito boa;
- 10.7 Projetar e construir formas comunitárias acessíveis e com relações sociais que garantam a vida digna aos sujeitos que vivem nos assentamentos e

acampamentos, especialmente as pessoas idosas e pessoas com deficiência;

- 10.8 Promover o acesso à saúde integral aos sujeitos da diversidade sexual e racial do campo, com ênfase nas necessidades da população Travesti e Transsexual, assegurando que as equipes de saúde das áreas rurais tenham formação sobre saúde e as diversidades;
- 10.9 Garantir o acesso aos direitos necessários a uma vida digna para as mulheres e meninas no campo da saúde, que englobe a educação sexual abrangente, exames preventivos, métodos contraceptivos, orientação e tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e acompanhamento pré-natal (compreendendo a maternidade enquanto um direito e uma escolha), garantindo também o direito ao aborto seguro e legal, como uma questão de saúde pública e de direito inalienável de escolha por parte das mulheres e meninas;
- 10.10 Construir ações para conscientização da necessidade do cuidado e proteção aos animais domésticos, prevenindo maus tratos, evitando o abandono, desde uma perspectiva do cuidado com a saúde coletiva;
- 10.11 Implementar, ampliar e fortalecer as práticas populares de cuidado, a partir das medicinas milenares, integrativas e naturais pela base social, valorizando os saberes populares e tradicionais, integrados ao conhecimento científico;
- 10.12 Construir espaços de cuidado e saúde integral nos territórios, incentivando a implementação de farmácias vivas, hortos medicinais e a produção de fitoterápicos, em articulação com as políticas do SUS;

- 10.13 Fortalecer a produção de alimentação saudável diversificada e democratizando a terra, livres de violências, livre de agrotóxicos, para o bom desempenho do nosso corpo e território, garantindo a melhora da saúde integral;
- 10.14 Garantir condições de saneamento rural, que abranje o caminho das águas e do esgoto, integrados às formas adequadas de coleta, descarte e/ou reciclagem do lixo e as práticas agroecológicas de construção para um bem morar;
- 10.15 Garantir formação e capacitações que ajude as produções de fitoterápicos e fitocosméticos, e a comercialização dos produtos à base das plantas medicinais no fortalecimento da renda das famílias.

## **11. Assentamentos e comunidades camponesas como espaços da Reforma Agrária Popular**

- 11.1 Garantir as condições de melhoria de vida das pessoas em todas as dimensões: moradia, infraestrutura, comunicação, geração de renda, formação, fortalecimento da identidade camponesa, lazer, esporte, arte e cultura como direito humano;
- 11.2 Implementar políticas de enfrentamento permanente a todas as formas de violência, para que não ocorra discriminação de gênero, de geração, etnia/raça, religião, orientação sexual, identidade de gênero, capacitismo, entre outras; respeitando a diversidade humana em todas as suas dimensões, rumo a construção de relações sociais, econômicas e culturais emancipadas;

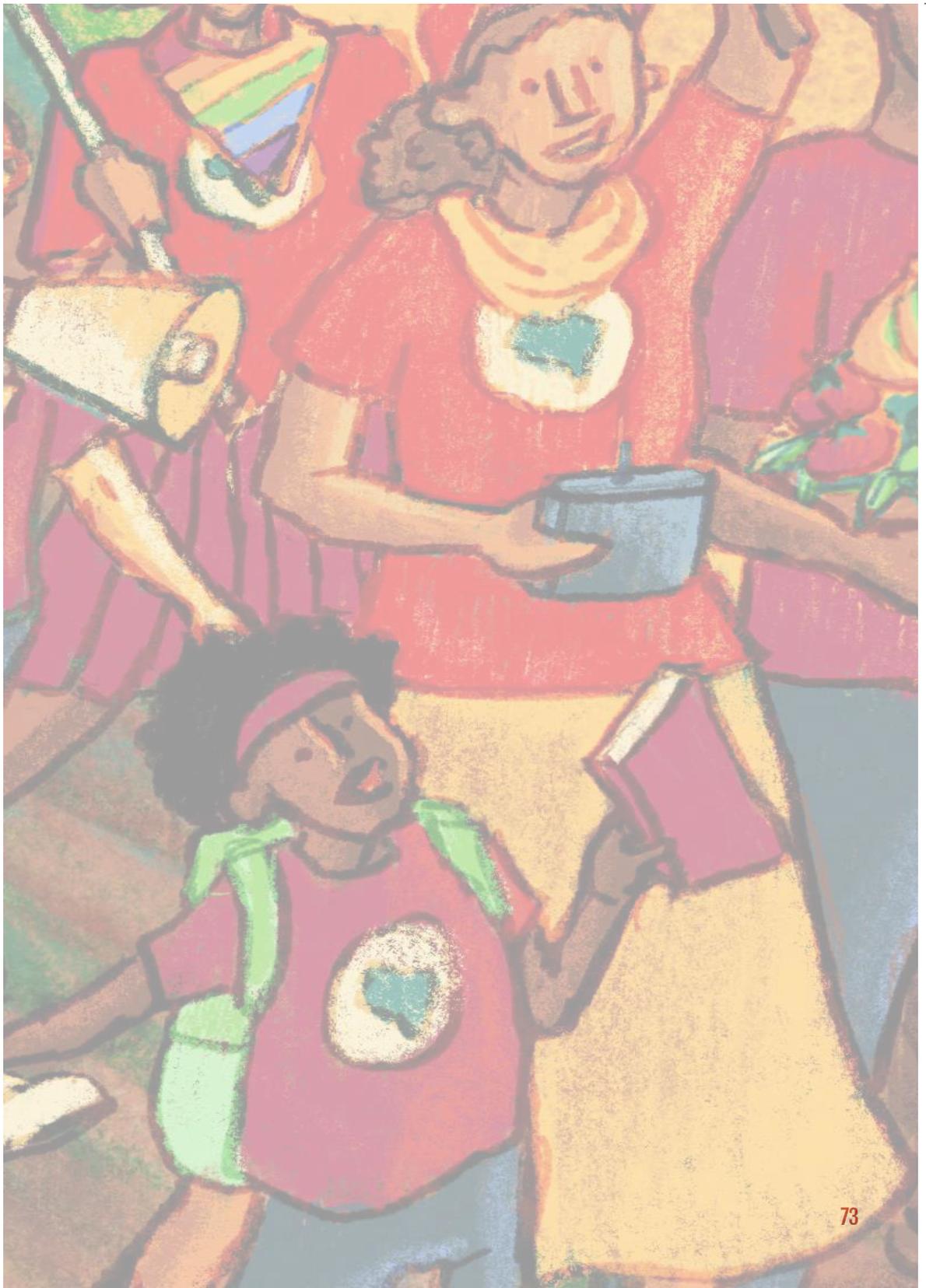
- 11.3 Garantir o respeito à identidade de gênero das pessoas no acesso a todos os espaços, tratando pelo gênero e nome social indicados pelo sujeito;
- 11.4 Desenvolver um amplo programa de construção e melhoria das moradias no campo, em diálogo com os princípios da agroecologia, de utilização dos recursos naturais de cada bioma, de técnicas de bioconstrução, respeitando as especificidades da cultura camponesa, conjugado ao acesso à energia elétrica de fontes alternativas, à água potável, saneamento básico, transporte e estradas trafegáveis;
- 11.5 Estimular formas de sociabilidade, com moradias dignas, organizadas em povoados, comunidades, núcleos de moradias ou agrovilas, de acordo com as culturas regionais;
- 11.6 Assegurar o acesso à internet e implantar a organização de bibliotecas, telecentros, espaços culturais, esporte e de lazer, academias de saúde, centros de memória em todas as áreas de assentamentos, voltados para o acesso, difusão, produção e intercâmbios esportivos, artísticos e culturais;
- 11.7 Garantir o transporte público e estradas vicinais em condições digna e segura, para a população das áreas rurais;
- 11.8 Democratizar os meios de comunicação, para que as populações do campo tenham condições de acessar e construir rádios Sem Terra, TVs comunitárias, redes sociais, jornais e todas as outras formas de comunicação para a disputa das ideias na sociedade;
- 11.9 Considerar a internet como infraestrutura fundamental para consolidação dos assentamentos, com sua implantação estando sob responsabilidade do

Estado e de empresas públicas, garantindo o acesso à internet no campo para escolas, cooperativas, centro comunitários e unidades familiares, assegurando um serviço de qualidade e a um custo acessível;

- 11.10 Defender a soberania tecnológica, por meio da qual as informações e dados produzidos e pertencentes à população brasileira estarão sob controle destas;
- 11.11 Garantir formas de geração de renda e de socialização do trabalho e dos cuidados domésticos através da construção de restaurantes/cozinhas e lavanderias comunitárias, coletivas e cooperadas, bem como cirandas infantis/creches e espaços de convivência para idosos e idosos nas comunidades, vinculados às associações e cooperativas.

**LUTAR, CONSTRUIR REFORMA AGRÁRIA POPULAR!**





## Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Vem teçamos a nossa liberdade  
braços fortes que rasgam o chão  
sob a sombra de nossa valentia  
desfraldemos a nossa rebeldia  
e plantemos nesta terra como irmãos!

*Refrão:*

Vem, lutemos punho erguido  
Nossa Força nos leva a edificar  
Nossa Pátria livre e forte  
Construída pelo poder popular

Braços Erguidos ditemos nossa história  
sufocando com força os opressores  
hasteemos a bandeira colorida  
despertemos esta pátria adormecida  
o amanhã pertence a nós trabalhadores !

*Refrão*

Nossa Força regatada pela chama  
da esperança no triunfo que virá  
forjaremos desta luta com certeza  
pátria livre operária camponesa  
nossa estrela enfim triunfará!

*Refrão*

Letra: Ademar Bogo | Música: Willy C. de Oliveira

